TL 2930

REVISTA DE IDEIAS

PORTUGUESES

ISSN 0871-7931

KAÚLZA DE ARRIAGA ENTREVISTA

OS SEM ABRIGO JOÃO REBELO DE CARVALHO

TIMOR
A LUTA CONTINUA

REVISTA MENSAL - JANEIRO DE1991 - Nº 16 - 250$00

REVISTA MENSAL — N.º 16 — JANEIRO DE 1991 — 300$00

SUMÁRIO

Editorial ____ 2
Opinião ____ 3

NACIONAL
Petição popular ____ 7
Agora é consigo ____ 6
A nação dos militares ____ 7
Crónica de um instituto à Junqueira ____ 10
«Portuguesas» ____ 12
Pessoas sem abrigo ____ 14
Timor-Leste: 15 anos de resistência ____ 16
Breves ____ 18

ENTREVISTA
Kaúlza de Arriaga ____ 20

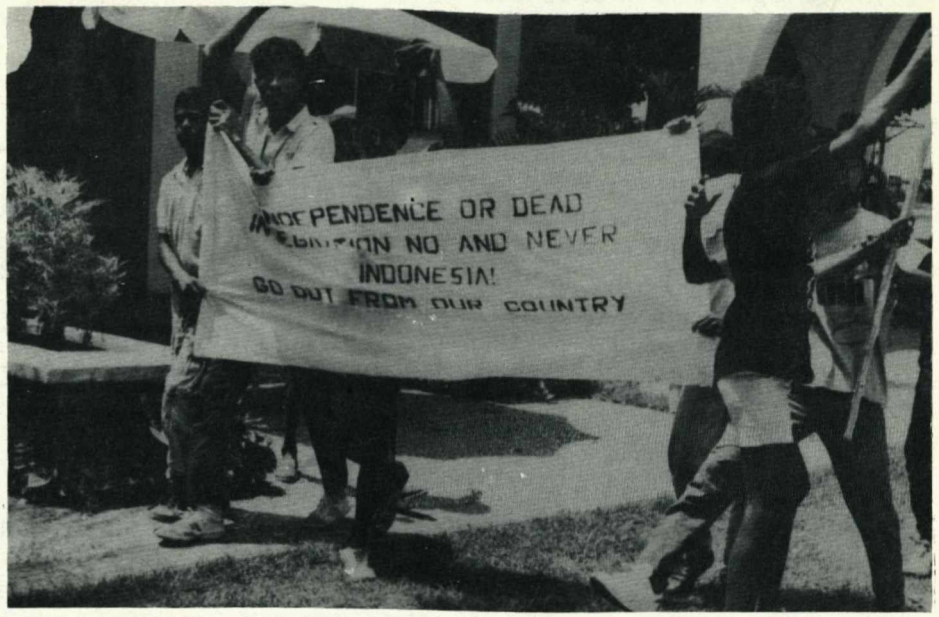
RUBRICAS
História
Dona Leonor de Lancastre ____ 26

Cultura
Fundação Cidade de Lisboa ____ 27

Literatura
Algumas ideias de Eça ____ 28

Opinião ____ 30
Auditório ____ 31

CLUBE DO LIVRO ____ 32



Manifestação de 17.1.90, aquando da visita a Dili do embaixador americano

CAPA:
Guerrilha no mato em 1990

Nos termos do Decreto-Lei n.º 258-86 de 28 de Agosto, foi reconhecido a PORTUGUESES, Revista de Ideias, o *«manifesto interesse cultural»* por despacho de 23-9-1987 de S. Ex.ª a Secretária de Estado da Cultura

PORTUGUESES – *REVISTA DE IDEIAS* – MENSAL – Nº 16 – Janeiro de 1991 – 32 págs. – 300$00
ASSINATURA ANUAL Fundador (de apoio): 4000$00 . Normal: 2500$00. Estudante: 1800$00
Enviar Cheque ou Vale Postal à ordem de *Portugueses – Revista de Ideias – Apartado 3140 – 1303 Lisboa Codex*
Director – Mendo Castro Henriques. **Director-Adjunto** – António M.ª Pinheiro Torres. **Chefia de Redacção** – João Sabido Costa e Rui Rodrigues. **Director-Executivo** – Paulo Bernardino. **Redacção** – Eduardo Bettencourt da Câmara, Pedro Sequeira Franco, Carlos Bobone. **Secretariado** – Isabel Almeida. **Publicidade** – Isabel Eça de Queiroz. **Documentação** – Mário Martins, Lopo Castilho.
SEDE LISBOA – Tel. 77 18 05. **DELEGAÇÃO PORTO** – **Director** – João Afonso Machado, Maria Conceição Lobo e Silva, Miguel Leão – Tel. (02) 6 39 98. **SÃO PAULO** – Frederico Perry Vidal – Tel. (11) 853 74 76. **PARIS** – Clara de Sá Carneiro.
CONSELHO DE REDACÇÃO – Alberto Castro Ferreira, António Bivar Weinholtz, Gastão da Cunha Ferreira, Gonçalo Sampaio e Melo, João Afonso Machado, José Vaz Pinto, Martim Lencastre Cabral, Patrícia Lança, Pedro Arroja, Pedro Quartin Graça, Rodrigo de Moctezuma.
PROPRIEDADE: A. M. Castro Henriques **Geração de 90 Editorial S.A. - Realização Gráfica**: Garamond - Artes Gráficas Lda. **- Distribuição:** Electroliber. **Tiragem** – 5000 exs. **Depósito Legal** – nº 18 525/87. Registo de Empresa Jornalística n.º 212 475. ISSN 0871-7931.

A paz é possível em Timor-Leste

TIMOR-LESTE: 15 ANOS DE RESISTÊNCIA

Uma panorâmica incisiva e realista da luta do povo maubere pela sua sobrevivência

1975-1979 – 3/4 DA POPULAÇÃO NAS MONTANHAS

Em Dezembro de 1975, quando a Indonésia invadiu Timor-Leste, os generais do exército ocupante pensavam que tudo estaria terminado em poucas semanas. Políticos influentes eram da mesma opinião: o jornal norte-americano «The Nation» revelou recentemente documentos que provam que o então Secretário de Estado, Henry Kissinger, apoiou a invasão, considerando que cinco semanas bastariam para enterrar o assunto. Os políticos portugueses não deviam andar longe de idêntica convicção; conversações com a Indonésia mostram que o princípio da integração era considerado inevitável: Portugal desejava que esta se fizesse com o acordo dos timorenses e, nesse sentido, aconselhava os indonésios a esforçarem-se por ganhar os corações dos timorenses (reunião de Londres, 3/75).

Mas a Indonésia preferiu outros meios! Após alguns ataques armados na zona fronteiriça, que atribui aos timorenses opostos à Fretilin, a Indonésia atacou Dili em 7 de Dezembro de 1975. Um ano depois, e apesar das importantes forças envolvidas, os invasores apenas controlavam as principais cidades e um quarto da população: *«80% do território está controlado pela Fretilin. O número de vilas ocupadas pelas tropas indonésias ronda os 150 000 habitantes num total de 650 000. O que significa que 500 000 estão fora do seu controlo... Dois padres em Dili disseram-nos que, segundo as suas estimativas, o número de mortos rondava os 100 000»* (relatório de padres indonésios).

A fuga maciça das populações ao controlo das tropas indonésias manifesta o grau de oposição dos timorenses à integração na Indonésia. Paradoxalmente, o carácter generalizado da recusa, seria a principal fraqueza da resistência armada: não foi possível, no mato e nas montanhas, assegurar condições de defesa e de sobrevivência para um tão grande número de civis. Em fins de 1979, bombardeada, esfomeada e vítima de muitas doenças, a maior parte dessa população tinha morrido ou tinha-se rendido aos invasores. Foi então reagrupada em campos de concentração, nos quais viviam cerca de 200 000 pessoas segundo o então Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos, Holbrooke – perto de 300 000 segundo outras fontes. *«O povo maubere, submetido à força, rendeu-se aos invasores que o massacravam, mas nunca aceitou essa situação»*, escreveria mais tarde Xanana Gusmão que, em 1979, começou a percorrer todo o território com um grupo de 50 homens, procurando outros grupos armados que tivessem sobrevivido às campanhas de destruição dos anos precedentes, e a reestruturá-los numa nova forma de resistência: a guerra de guerrilha.

1980-1981 – A GUERRILHA, NOVA FORMA DE RESISTIR

As autoridades indonésias julgavam ter finalmente submetido a população timorense mas, no dia 10 de Junho de 1980, o emissor rádio de Dili e diversas posições militares indonésias na capital são atacados. Os ocupantes respondem, semeando o terror com prisões, torturas e desaparecimentos forçados.

Em 1981, os militares indonésios anunciam que vão aniquilar de vez a resistência, e lançam uma grande operação de cerco às montanhas. Milhares de civis *«todos os rapazes e homens dos 12 aos 55 anos«*, diz um padre, são mobilizados para formar grandes correntes humanas forçadas a avançar à frente do exército indonésio para servir-lhe de escudo. *«Haveis de morrer por uns ou por outros, por nós ou por eles»*, diziam os indonésios que esperavam assim um duplo resultado: cercar os últimos núcleos da resistência e desacreditá-la definitivamente, forçando-a a disparar contra o seu próprio povo. Mas, escreve o padre já citado, a operação *«resultou num fracasso total para as intenções dos opressores»*. Os timorenses viram o exército indonésio massacrar civis indefesos: *«foram massacrados à rajada ou esfaqueados, crianças de todas as idades eram esquartejadas, as mães degoladas, as mulheres grávidas esfaqueadas e os bebés que esperavam nascer esmagados ou esquartejados»*, enquanto alguns guerrilheiros cercados recusavam disparar: *«muitos morreram quando já não podiam disparar sem atingir o seu povo»* (carta de um padre, 30/9/81). O mesmo padre diz notar em todos os homens que voltam destas operações militares, e nos que ouvem esses relatos, uma reforçada determinação a resistir.

1982-1984 – CESSAR-FOGO

Em 1982, a actividade de resistência armada recrudesce, e a situação torna-se mais difícil para os indonésios. *«A população tem mais confiança no GPK* (nome dado pelos indonésios aos resistentes armados) *do que no exército indonésio»*, reconhece um documento militar indonésio que fornece indicações sobre a maneira de vigiar e controlar a população, e tratar (torturar) os que se mostram «teimosos». Um certo desânimo manifesta-se nas tropas de ocupação. Em 1983, são os militares indonésios que pedem conversações e um cessar-fogo. Não deixa de ser significativo que as conversações entre o comandante militar indonésio, coronel Purwanto, e Xanana Gusmão, líder da resistência, se desenrolem em Março, no território controlado pela resistência e debaixo da inscrição R.D.T.L. (República Democrática de Timor-Leste). A exigência de Xanana é clara: um acto de autodeterminação sob controlo da ONU. Após quatro meses de cessar-fogo, a resposta de Jacarta é a substituição do Coronel Purwanto e um ultimato go general Benny Murdani: *«Rendição ou morte»*. Murdani declara-se pronto a colocar no território 80 batalhões, se for necessário, e garante apresentar Xanana, vivo ou morto, no dia 5 de Outubro, dia das forças armadas indonésias.

Diversas Companhias de auto-defesa, armadas pelos indonésios para combater a resistência, mudam-se com armas e bagagens para o lado da guerrilha. Outubro passa sem que Murdani consiga outra coisa a não ser massacrar milhares de civis. Em Abril de 1984, o general Murtopo confessa que os seus soldados *«disparam contra sombras»* e um adido militar ocidental num posto em Jacarta considera que *«a situação está em vias de se prolongar indefinidamente, até todos nós ficarmos velhos»*.

1985-1988 – NÃO HÁ SOLUÇÃO MILITAR

O que nenhum estratega militar se atrevia a imaginar aconteceu: a resistência

armada mantém-se há mais de dez anos, sem santuários num país vizinho e sem fornecimento exterior de armas. As armas e munições de resistência são, exclusivamente, armas e munições capturadas ao exército de ocupação. É uma luta desigual: mesmo quando dispõem de armas automáticas, os resistentes têm de utilizá-las tiro a tiro para poupar as munições. Não é, porém, a falta de potenciais combatentes que a guerrilha receia: em 1988 centenas de jovens juntaram-se a ela. Foi Xanana Gusmão quem entendeu travar esse movimento. Não só faltam armas e munições para equipar os combatentes, como ele tem consciência de que a solução não será militar mas política. A resistência armada deve manter-se como testemunho da recusa do povo timorense a aceitar a dominação estrangeira, mas o seu objectivo é um acordo político: *«É num diálogo franco e sério que poderemos obter os compromissos necessários à salvaguarda dos interesses de cada um e de todos em geral. O povo de Timor-Leste sabe que não está isento de obrigações para com a zona na qual se insere»* (Xanana Gusmão, 5/10/89).

1989-1990 – AS MANIFESTAÇÕES POPULARES

Desde o início, Mário Carrascalão, nomeado Governador pelos indonésios, considerou que os timorenses ficariam agradecidos aos indonésios se estes melhorassem as suas condições de vida material. Assim, interpretou a fuga de jovens para o mato em 1988 exclusivamente como um descontentamento face às dificuldades de emprego encontradas no fim dos estudos. Solicitou então uma abertura do território que permitiria a entrada de capitais indonésios para criação de postos de trabalho, ao mesmo tempo que exortava os jovens timorenses a procurar emprego na Indonésia. As pressões internacionais levaram, entretanto, o Governo indonésio, contra o parecer de Carrasclão e dos militares, a abrir o território a alguns turistas e jornalistas. A juventude timorense soube aproveitar essa mini-abertura para manifestar os seus sentimentos: a visita do Papa em Outubro de 89, a do embaixador norte-americano em Jacarta, em Janeiro de 90, do Núncio Apostólico em Setembro, foram outras tantas oportunidades aproveitadas para essas manifestações. A repressão que segue cada manifestação faz crescer o sentimento de rejeição contra os ocupantes, mas a mais pequena brecha no aparelho repressivo, como aquela que se seguiu ao protesto do embaixador dos EUA em Janeiro passado, faz passar os manifestantes de umas centenas para alguns milhares. Tal é o dilema das autoridades de ocupação: ou reprimem e aumentam os sentimentos de rejeição dos timorenses, ou não reprimem e terão toda a população na rua!

Convencidas de que os mecanismos de controlo eram suficientes para dar uma imagem de «normalização», as ditas autoridades só conseguiram o resultado contrário: *«Vive-se em Dili um clima de rebelião»*, afirmam diplomatas que, a convite da Indonésia, visitaram Dili em Outubro. A própria visita dos deputados portugueses, acarinhada pelas autoridades como o acto final do reconhecimento da soberania indonésia sobre Timor-Leste, torna-se impossível porque, como reconhece o Governador Carrascalão, os timorenses *«vão olhar para este momento como a última oportunidade de demonstrarem os seus sentimentos»*.

Há com certeza diferenças entre Benny Murdani, o Ministro da Defesa que promete aos timorenses cada vez mais repressão: *«A ABRI* (Forças Armadas Inonésias) *pode falhar uma vez, mas recomeçará uma segunda e uma terceira vez (...) Esmagá-los-emos a todos, repito, esmagá-los-emos a todos»*, e Carrascalão que lamenta perante um jornalista da Reuter: *«Tudo aconteceu por causa dos nossos erros. Não podemos responsabilizar os jovens que estão contra nós agora. Tínhamos meios para os fazer felizes e não os utilizámos»*. Mas os dois esquecem algo que Xanana Gusmão define como *«a razão de ser profunda de cada povo: o orgulho de ser eleprópio»*.

Longe das lutas partidárias que dividiram Fretilin, UDT e Apodeti, os timorenses lutam hoje pela *«defesa dessa bocado de terra que constitui a Pátria de cada povo, e sem a qual não haveria nem povos nem nações»*. Alguns governantes já olham de maneira diferente para o caso de Timor. O «realismo», que ontem era assimilado à razão do mais forte, poderá mudar de feição perante a determinação de resistência de um povo: *«A paz para Timor-Leste só pode passar pela mudança responsável e realista da posição actual do governo de Jacarta»*, escreve Xanana Gusmão (5/10/89). ■

Colaboração especial pela PORTUGUESES – Revista de Ideias.

a paz é possível em **timor-leste**

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

* **Boletim "Em Timor-Leste a paz é possível"**
(5 nº/ano - assinatura anual: 500$)

☐ Português ☐ Francês

* **"Sou Timorense – Testemunhos de Timor-Leste"**
(50 páginas, 1990)

☐ Português (300$)

☐ Francês (300$)

☐ Inglês (2£ - pedidos a CIIR, 22 Coleman Fields London N1 7AF - Reino Unido)

* **"Timor-Leste, Uma Reflexão Cristã"**
(Declaração de um grupo internacional de cristãos, 12 páginas, 1987)

☐ Português (50$)

* **"Timor-Leste 1974 – 1984"**
(80 páginas, 1984; sumário:
I - Antes da invasão (1974)
II - Invasão
III - Genocídio e recusa da anexação
IV - Igreja
V - Cena internacional)

☐ Português (200$)

* **Vídeo "Timor-Leste, a luta e a esperança"**
(VHS, 35 minutos, português, 1990)

☐ Venda (4.000$)

☐ Aluguer (1.000$ + caução prévia de 3.000$)

Os pedidos devem dirigir-se a:
A Paz é possível em Timor-Leste
Rua de Campolide, 215 – 4º D
1000 Lisboa
Telef: (01) 57 69 52

NOME _____

_____

MORADA _____

_____

_____